



# IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

## MARROMEU: FALHANÇO ELEITORAL NUMA COMPETIÇÃO POLÍTICA<sup>1</sup>

Crescêncio B.G. Pereira

### Introdução

Entre 10 de Outubro e 22 de Novembro de 2018, a vila municipal de Marromeu foi palco de duas eleições autárquicas. Um dos sinais dessas eleições foi uma forte competição política entre a Frelimo e a Renamo, dois adversários históricos, mas que acabou por se tornar num processo viciado, sobretudo na fase do apuramento de votos. O problema de viciação de processos eleitorais tem sido recorrente em Moçambique. Desde as primeiras eleições democráticas de 1994, os partidos da oposição e a sociedade civil no geral têm contestado sem grande sucesso os resultados eleitorais, principalmente por considerarem que os órgãos de gestão eleitoral com a ajuda da força policial procedem como instrumentos de fraude pró-Frelimo. Este texto relata o decurso da eleição municipal em Marromeu com enfoque nos ciclos de recenseamento eleitoral, competição interna para as listas de candidatos dos partidos políticos, campanha eleitoral e informação eleitoral, para além das suas fases sombrias de votação e apuramento de votos. As questões que são levantadas aqui têm sido amplamente discutidas em trabalhos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)<sup>2</sup>. Relatar e discutir esses aspectos pode ajudar os actores do campo político a reflectir sobre os principais desafios eleitorais do país, buscando explicações para os problemas que eles próprios têm identificado ao longo do tempo.

### 1. Recenseamento eleitoral

À semelhança do que ocorreu em recenseamentos eleitorais anteriores, em Marromeu persistiram problemas técnicos nos equipamentos para registo dos dados do eleitor, inexperiência de brigadistas para o seu manuseamento, lentidão tanto dos brigadistas como das próprias máquinas entre a captação das impressões digitais, dados do eleitor e emissão do cartão de eleitor, erros na recolha de dados do eleitor, falta de informação ao eleitor sobre a exibição pública dos cadernos eleitorais para verificação de dados, resposta tardia por parte da assistência técnica do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) em caso de avarias de equipamentos, reposição de materiais ou fornecimento de corrente eléctrica alternativa, entre outros. Apesar destes problemas, existe uma percepção geral que o recenseamento eleitoral foi satisfatório. A meta inicial para o recenseamento em Marromeu era de 35.242 eleitores, tendo o STAE registado um total de 28.211 eleitores, indicando que 7.031 potenciais eleitores não se recensearam para votar, principalmente devido a: (i) não permissão pelos brigadistas do uso da cédula pessoal como documento válido durante a fase inicial do recenseamento; (ii) fraca capacidade das

baterias das máquinas para reter energia em postos de recenseamento que não tinham corrente eléctrica permanente; e (iii) falta de meios de transporte para que os técnicos do STAE pudessem responder prontamente aos problemas. Estes factores podem ter provocado a desistência dos eleitores.

Durante o recenseamento, um outro problema que pode ter comprometido o processo eleitoral está relacionado com o receio que os partidos da oposição tiveram sobre a possibilidade de cidadãos provenientes de fora dos limites municipais (Chupanga, Malinga-Panse e distrito de Cheringoma, entre outros) e que foram recenseados, pudessem votar. Sobre este receio, o STAE revelou que o registo desses eleitores foi permitido porque o recenseamento era aberto a todos cidadãos com idade eleitoral, mas que no momento da votação só poderia votar o eleitor residente no município, sendo que competiria aos membros das mesas de voto (MMVs) a verificação da sua elegibilidade no dia de votação. Apesar deste caso ter surgido nas várias discussões, a Comissão Distrital de Eleições (CDE) não recebeu uma queixa formal, o que pressupõe que o registo dos eleitores tenha sido conduzido de acordo com a lei e obedecendo aos procedimentos.

### 2. Cabeças de lista dos partidos políticos

O processo de candidatura às listas dos partidos políticos foi um pouco transparente, teve alguma competição interna, mas foi enfraquecido pelas lideranças do partido ao nível distrital e provincial. Na Frelimo, os relatos indicam que a liderança do partido na província de Sofala foi decisiva na fase em que as discussões para a escolha de quem encabeçaria a lista do partido se tornaram mais acesas. Os potenciais cabeças de lista, preferidos ao nível da base, foram removidos no meio de discórdias (incluindo o edil cessante), numa disputa que envolveu o secretário distrital e o administrador distrital. Neste jogo de forças, o candidato à cabeça de lista da Frelimo que parecia reunir maior simpatia no seio dos membros do partido foi transferido de Marromeu em circunstâncias pouco claras. Verónica Timbe, que se tornou cabeça de lista, foi inicialmente rejeitada pelas lideranças do partido até que o Secretário Provincial em Sofala fizesse valer a sua autoridade, indigitando-a como cabeça de lista. Do lado da Renamo e do MDM, o processo foi fechado e aparenta não ter sido aberto ao escrutínio interno para a escolha dos cabeças de lista, embora do lado do MDM, João Germano fosse o candidato mais natural, uma vez que tem merecido a confiança do seu partido desde a sua dissidência da Renamo quando acabou o seu

mandato (2003-2008) como edil de Marromeu pela extinta aliança partidária Renamo-União Eleitoral.

### 3. Campanha e informação eleitoral

A campanha eleitoral foi realizada num clima de festa e grande disputa. Acompanhados de seus membros e simpatizantes, os cabeças de lista não mediram esforços para ir ao encontro dos eleitores, explicando como votar e difundindo suas mensagens pelos locais por onde passavam bem como por via dos *media*. Foram organizados desfiles, comícios, concertos musicais, campanha porta-a-porta, reuniões em locais de maior concentração dos munícipes, distribuição de folhetos, capulanas, camisetas, lenços, acções de caridade para os menos desfavorecidos. As mulheres e os jovens foram os principais agentes de mobilização do eleitorado.

Durante os 13 dias de campanha, a Frelimo teve uma disseminação mais alargada de eventos, marchando em várias frentes num só dia de campanha, o que mostra o seu forte poderio financeiro e de recursos humanos e meios de mobilidade, tais como carros e motorizadas. A Renamo e o MDM conduziram dois eventos por dia, um no período da manhã e outro à tarde. Os meios de que dispunham eram visivelmente escassos. Na Renamo, a bicicleta foi o principal meio de mobilidade para seus membros e simpatizantes. Já o MDM, reuniu menos recursos e meios em relação aos seus adversários, uma vez que dispunha de uma única viatura que servia para deslocar os apoiantes. De salientar que a Frelimo recebeu doações de comerciantes locais e simpatizantes e conseguiu mobilizar fundos através de eventos públicos e privados. Já para os partidos da oposição, os seus fundos vieram em parte de doações de pessoas anónimas.

Em termos de mensagens, o foco para os partidos era a melhoria das condições de vida dos munícipes e de serviços básicos como acesso aos cuidados de saúde, construção de salas de aulas, recolha de lixo, abastecimento de água, alargamento da rede eléctrica, remodelação das redes rodoviárias, criação de emprego, etc. Com base no seu manifesto eleitoral, a Frelimo apresentou ao eleitorado um projecto de governação focado na unidade, paz, desenvolvimento e bem-estar dos munícipes. Já os partidos da oposição, sem um manifesto eleitoral escrito, denunciaram uma má governação da Frelimo relativamente aos seus três mandatos anteriores, tendo feito um apelo à mudança e reconstrução da vila.

A informação eleitoral foi essencialmente promovida pelo Gabinete de Informação em colaboração

<sup>1</sup> O texto resulta em parte de uma missão de observação eleitoral que o autor realizou em Marromeu para o Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA). A recolha de informação para a produção do texto foi possível com o apoio do observador do EISA, Kevin Maenziane, a quem vai um agradecimento especial.

<sup>2</sup> Acesso às publicações do IESE sobre eleições em: <http://www.iese.ac.mz/publicacoes-do-iese-sobre-eleicoes-em-mocambique/>.

com a rádio comunitária local, STAE e CDE. Durante quatro dias ininterruptos, três activistas numa viatura de todo o terreno, equipada com altofalantes, propagaram de forma repetida as mensagens sobre a eleição. A rádio comunitária local passou informação diversa sobre eleições em programas não pagos e patrocinados. A Pressão Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), uma organização da sociedade civil da Rede de Monitoria da Sociedade Civil (RMSC)<sup>3</sup>, produziu debates em directo sobre questões eleitorais com a participação de jornalistas, representantes do STAE, CDE, polícia e membros do seu Comité de Resposta e Reconciliação Local para mitigação de conflitos eleitorais. Por sua vez, os partidos forneceram informações aos eleitores, principalmente sobre como votar neles no dia da votação. Instituições religiosas como a igreja católica e as mesquitas dedicaram nas suas cerimónias religiosas alguns minutos para fornecer informações úteis aos fiéis sobre a importância das eleições. No entanto, os entrevistados consideraram que houve pouca informação eleitoral no município e que era preciso uma abordagem mais permanente de informação, educação e mobilização eleitoral.

Por razões que não foi possível apurar, a televisão e rádio públicas foram os únicos órgãos que cobriram a campanha e o escrutínio de Outubro. A TVM e RM fizeram uma cobertura equilibrada, uma vez que foi possível observar a sua presença nas três frentes políticas em disputa, permitindo aos três partidos a oportunidade de divulgar seus manifestos. A estação comunitária local fez uma cobertura tendencialmente pró-Frelimo, incluindo a cobertura das cerimónias de divulgação dos resultados da eleição de 10 de Outubro e de 22 de Novembro. Na eleição repetida, foi possível observar uma maior presença de órgãos independentes, que fizeram uma cobertura imparcial do processo de votação. Esta eleição ficou manchada pelo impedimento da polícia à cobertura jornalística independente. Um jornalista da STV, por exemplo, foi agredido pela polícia por tentar denunciar irregularidades e injustiças à integridade desta eleição.

#### 4. Incidentes e intimidações

Um dos poucos incidentes que foi revelado ocorreu no início da campanha. Apoiantes da Renamo e Frelimo confrontaram-se num episódio de vandalização de materiais de marketing eleitoral, o qual foi tratado pelo Tribunal Distrital de Marromeu. O caso não procedeu por falta de matéria para acusação. No entanto, em vários locais era possível ver sinais de vandalização de cartazes dos três partidos políticos na corrida. Alguns cartazes estavam, inclusive, colados em repartições públicas. Observou-se a presença de cartazes da Frelimo e Renamo nas janelas da Conservatória de Registo Civil de Marromeu bem como nas paredes da Escola Primária Completa (EPC) Acordos de Lusaka, que era uma das assembleias de voto. Aqui foi curioso observar apenas cartazes da Frelimo, que para além dos que se encontravam na escola, estavam colados em quase todas as casas ao seu redor. Refira-se que o STAE e CDE realizaram, no dia dedicado à observação de silêncio, o trabalho de remoção das cores dos partidos que se encontravam expostos à volta das assembleias de voto para fazer cumprir a lei.

Cenas de intimidação marcaram o decurso da campanha. O medo instalou-se no seio dos municí-

pes por causa dos relatos que havia sobre a presença de forças de defesa e segurança que estariam a intimidar a população e que, em resposta, a Renamo teria mantido em prontidão cem homens armados na localidade de Nensa para, em caso de necessidade, retaliar. As pessoas passaram a recear um possível conflito armado. Sobre estas alegações, a polícia local revelou que a presença dos militares na periferia do município deveria ser percebida no contexto das recentes hostilidades entre a Renamo e o Governo, uma vez que os militares em questão estavam acampados na periferia do distrito desde então. Por sua vez, o Governador de Sofala num dos comícios que orientou para a Frelimo, referiu-se ao caso em forma de apelo à população para denunciar junto das autoridades quaisquer tentativas de agitação e criação de medo com o propósito de instigar à guerra. Sobre o medo, foi interessante observar que no dia que se seguiu à eleição de 10 de Outubro, o ambiente vivido em Marromeu se parecia com um estado de sítio não anunciado, pois não se via a mesma dinâmica social como nos dias anteriores.

#### 5. Exemplos de irregularidades

São vários os exemplos de irregularidades na eleição que deu vitória à Frelimo em Marromeu. Nas duas eleições, o processo não foi transparente nem credível. Na primeira, por exemplo:

- Houve situações de votos válidos da Renamo terem sido considerados como nulos e votos nulos da Frelimo terem sido revalidados para aproximar os resultados da Renamo, que estavam a ser contados em maioria. Nestes casos, os delegados de candidatura da Renamo foram solicitados a proceder com a reclamação, mas noutros casos, alguns presidentes das mesas, provavelmente ligados ao partido Frelimo, se recusaram a entregar-lhes as folhas de reclamação. A contagem intermédia de voto, que seria o momento para proceder à reclassificação de votos, não veio a acontecer porque os resultados divulgados no dia 12 de Outubro pela CDE foram produzidos em circunstâncias sinistras. Isto porque nem os membros dos partidos da oposição no STAE/CDE nem os respectivos mandatários que acompanharam a votação, tampouco os observadores eleitorais puderam assisti-la, pois não tiveram conhecimento do local onde a mesma decorria. Refira-se que a sede do STAE, onde deveria ter acontecido a recontagem de votos, esteve encerrada após o dia da eleição.
- Nalgumas mesas de voto, actas e editais não foram nem assinadas pelos MMVs nem sequer entregues aos mandatários dos partidos políticos. Houve também presidentes e secretários de mesa que abandonaram o seu posto quando os resultados da contagem indicavam uma possível derrota da Frelimo.
- Nas mesas de voto foi possível ver presidentes e secretários que estiveram a fazer a campanha e não participaram na formação de MMVs. Dado que as actividades de campanha e formação aconteceram em simultâneo, a integridade do STAE pode ser questionada, uma vez que terá permitido que MMVs sem formação pudessem orientar a eleição.
- A acção do STAE/CDE junto com a da polícia suscitou muita discórdia dos partidos da oposição e eleitores. Numa das mesas da EPC 4 de Outubro, por exemplo, um MMV foi detido pela

polícia por ter sido encontrado na posse de 10 boletins de voto e tentava introduzi-los numa das cabinas de voto. Apesar de ter sido detido e transportado pela polícia, estranhamente no Comando da Polícia de Marromeu não houve registo desta ocorrência.

Estas situações podem ter contribuído para a tensão e violência que ocorreu nalgumas mesas na fase do apuramento parcial de votos, pois os eleitores, por desconfiarem da integridade dos MMVs/STAE<sup>4</sup>, quiseram vigiar a eleição. A polícia não permitiu que isso acontecesse e usou armas de fogo e gás lacrimogénio para os dispersar das imediações das mesas, alegando que era necessário para garantir a segurança dos MMVs e do material eleitoral. Conforme foi possível observar nas ocorrências do Hospital de Marromeu, a acção da polícia resultou em um morto e vários feridos. Refira-se que na EPC 25 de Junho e EPC Samora Machel, os kits com materiais de votação foram removidos para um destino incerto por funcionários do STAE escoltados pela polícia. Um kit foi encontrado abandonado e vandalizado num mercado próximo à EPC 25 de Junho.

A eleição de 10 de Outubro em Marromeu foi anulada após forte contestação da Renamo, suportada por organizações da sociedade civil de monitoria e observação eleitoral, tais como Votar Moçambique, para além da Igreja Católica, académicos, comunidade internacional, *media* independentes, partidos políticos, entre outros. Mas, na eleição repetida a 22 de Novembro de 2018, que se realizou em oito assembleias de voto onde o Conselho Constitucional (CC) invalidou os resultados (seis na EPC 25 de Junho e duas na EPC Samora Machel)<sup>5</sup>, as irregularidades voltaram a repetir-se, apesar de um maior controle e monitoria de organizações de interesse<sup>6</sup>. A cabeça de lista da Frelimo foi considerada vencedora, com 45,78% de votos contra 45,53% obtidos pelo da Renamo e 8,69% do MDM. No entanto, a contagem paralela feita pela plataforma Sala da Paz<sup>7</sup> mostrou que Eusébio Vasco, da Renamo, venceu com 62%, contra 27% obtidos pela candidatura da Frelimo e o candidato do MDM obteve 2,5%.

#### Conclusão

O caso de Marromeu mostra que apesar da forte competição política verificada, sobretudo durante a campanha eleitoral, a parcialidade, falta de transparência e de profissionalismo por parte dos órgãos de gestão eleitoral e da polícia, particularmente nas fases da votação e apuramento de votos, descredibilizaram a eleição, tornando-a num falhanço democrático. De referir que a aceitação dos resultados eleitorais por parte dos actores políticos e da sociedade no geral depende até certo ponto da integridade destas entidades. Por fim, nota-se uma necessidade de os partidos e cidadãos avaliarem a sua performance de sofisticação política, principalmente no que diz respeito à informação e fiscalização eleitoral por forma a obter resultados mais credíveis em próximas eleições.

<sup>3</sup> A RMSC é uma iniciativa do Votar Moçambique, um consórcio de organizações que trabalha em defesa de um ambiente eleitoral pacífico, transparente e íntegro.

<sup>4</sup> Relativamente à desconfiância em relação ao STAE, a Renamo protestou o facto de a maior parte dos presidentes e secretários das mesas de voto ser constituída por professores locais que, segundo eles, teriam uma predisposição para favorecer a Frelimo no dia da eleição. Por exemplo, durante os eventos de campanha eleitoral, a Renamo exibiu um dístico com a seguinte mensagem: "Abaixo usar professores como instrumento de fraude enquanto não pagam salário condigno. Abaixo!"

<sup>5</sup> No geral, a eleição de Marromeu realizou-se em oito assembleias de voto, perfazendo 39 mesas.

<sup>6</sup> Na eleição repetida, há uma extensa cobertura mediática que confirma as irregularidades praticadas pelo STAE/CDE e polícia. Refira-se que o autor não participou da observação desta eleição.

<sup>7</sup> Uma rede de organizações da sociedade civil moçambicana que, à semelhança de Votar Moçambique, faz a monitoria e gestão de conflitos eleitorais.